

CRÍTICAS ESTÃO CRESCENDO

Empresários e trabalhadores, em número cada vez maior, criticam o pacote.

"O País no momento premia a especulação e desestimula o trabalho, seja do operário, do político ou do empresário, e isso nos levará a uma crise ainda mais profunda."

Esta frase, pronunciada ontem em Belo Horizonte pelo vice-presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, Stefan Salej, sintetiza bem as reações ao último pacote: o governo praticamente conseguiu desagradar a todos ao mesmo tempo.

Para Stefan Salej, "a crise que vivemos não é do Brasil, é dos brasileiros. A sua profundez tem raízes em padrões políticos e morais, obrigando à execução de políticas punitivas e corretivas, que estão levando toda uma geração ao desespero e desesperança, independente da classe social ou econômica a que pertençam, excetuando-se, naturalmente, alguns".

O presidente da Abinee, Firmino Rocha Freitas, que esteve em Belo Horizonte para a posse da nova diretoria regional da entidade, disse que o pacote "chegou a causar uma síndrome nacional, ouvindo-se boatos em salões de cabeleireiros, em táxis, em todo lugar. Criou-se uma expectativa maior do que se devia, e isso foi muito mal".

Condenando a maneira como o pacote foi divulgado, Firmino Rocha Freitas disse que "o País não pode continuar a ser administrado por pacotes, mas deve adotar medidas contínuas e consistentes que apontem para uma solução efetiva de nossos problemas".

E as pequenas empresas?

Como combater a inflação elevando ainda mais as taxas de juros, aumentando o preço do combustível, acabando com a Resolução 695 para as pequenas e médias empresas nacionais, com o crédito favorecido aos agricultores sem a correspondente remuneração mínima, justa e legítima, além de tributar pequenas sociedades civis que, individualmente, geram um grande número de empregos diretos?

A pergunta é do presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais, Fábio de Araújo Motta, para quem "o conjunto de medidas adotadas pelo Conselho Monetário Nacional, se visam ao combate à inflação, acreditamos inócuas".

Para ele, nenhuma das decisões anunciadas levam em conta, de forma efetiva, os graves problemas nacionais: "Antecipar o Imposto de Renda sobre o lucro dos bancos provocará a cobrança de tais encargos ao próprio consumidor. Aumentar a taxa de recolhimento compulsório, acabar com os juros favorecidos da 695, importante instrumento para a competitividade da pequena e média empresa e para o produtor rural, não contribui em nada para superar os grandes desafios nacionais".

O presidente da federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz), Homero Pegas Guinatti, afirmou que o pacote é "extremamente recessivo,

incômodo, inócuo, antinacional e anti-social". Para ele, o pacote "vai cada vez mais debilitar o capital nacional, as empresas rurais e as indústrias".

O pacote "não tocou a renda de capital, que está dando mais resultado que o lucro produtivo, o que inverte as coisas: em vez de inverter o capital em atividades produtivas, o investidor prefere as operações financeiras, porque os juros estão de 40% a 60% acima da correção monetária".

As direções de nove Federações de Trabalhadores do Rio Grande do Sul divulgaram nota conjunta, afirmando que o pacote "terá como consequências fundamentalmente o aumento desenfreado da inflação, a diminuição da atividade econômica do País através de uma recessão sem precedentes, e um aumento do número de desempregados e o empobrecimento ainda maior da classe trabalhadora no Brasil".

Na verdade, o pacote não visa a nada mais que concentrar recursos nas mãos do governo para atender as exigências do FMI. As medidas anunciadas não contêm nenhuma proposta concreta visando a reativar o mercado de trabalho como também não fazem nenhuma referência ao atendimento das necessidades sociais da população. Pelo contrário, penalizam ainda mais os setores carentes e médio da sociedade, fazendo recair sobre eles todo o peso das medidas que estão sendo adotadas, o que torna o governo federal o único responsável pelas conse-

qüências que possam advir da adoção de mais esse pacote econômico.

Metalúrgicos

Para o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, as decisões do governo têm como característica marcante o prejuízo direto ou indireto da classe trabalhadora.

"Num momento em que é notório o crescente aumento dos níveis de desemprego, decide-se pelo corte dos subsídios para a micro, pequena e média empresas, além da agricultura e aos manufaturados para exportação. Isso significa mais dificuldades para o comércio e a indústria, e, consequentemente, mais desemprego e recessão, pinçando com cores ainda mais escuras os já difíceis dias que vivemos.

"Além de tudo, existe uma agravante: novas medidas, ainda mais drásticas, estão sendo prometidas.

"Neste sentido, o Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos de São Paulo não poderia emitir outra opinião que não fosse a de repudiar veementemente este conjunto de medidas, tiradas da cartola de meia dúzia de "iluminados", sub-servientes ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao capital estrangeiro, e que não se preocupam com os milhões de brasileiros que estão sendo levados a condições sub-humanas de vida, onde a determinante maior é a miséria e a fome.

"As soluções para a crise só serão encontradas no momento em que todo o povo brasileiro tiver acesso ao fórum de decisões."

O vice-presidente do Sindicato dos Bancários de Santos, Daniel Oliveira, disse ontem que os "trabalhadores não vão aceitar calados um novo arrocho salarial que já está sendo preparado pelo governo, como complemento das medidas contidas no pacote econômico. O que nós estamos vendo é uma campanha de empresários e banqueiros, uma espécie de preparação da opinião pública, através da imprensa, para a desindexação da economia, eufemismo para a palavra roubo, que, digamos, não ficaria bem para autoridades e empresários. Mas é isso que estão querendo fazer: assaltar outra vez os assalariados, que sempre são chamados para pagar a conta da má administração de governos ilegítimos, que não foram eleitos pelo povo".

Para o sindicalista, "o governo fala em crise mundial, mas nós sabemos muito bem que a triste realidade brasileira é consequência de obras faraônicas, como as usinas nucleares, Itaipu, a Transamazônica, a ferrovia do aço, entre outras, sobre as quais a sociedade não foi consultada. Estamos endividados até o pescoço por aquilo que não queríamos e agora temos de suportar a humilhação de ver a nossa economia gerida pelo FMI e, pior, querem-nos enfiar pacotes goela abaixo".

DÓLAR

Valorização de 208,4% em doze meses

A partir de segunda-feira, o dólar sofre um reajuste de 2,15%, passando a ser vendido a Cr\$ 515,31 e comprado a Cr\$ 512,75.

Esta é a 23ª desvalorização do cruzeiro neste ano, acumulando 103,95%.

Nos últimos doze meses, a correção cambial chegou a 208,495%. Só

em junho, os dois reajustes cambiais somaram 4,39%, o que leva a crer que, no fim do mês, a variação deverá superar a correção monetária de 8%. O novo reajuste entra em vigor 11 dias depois do anterior.